



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DA MINISTRA DA JUSTIÇA

Ex.^{mo} Senhor
Chefe do Gabinete de
S.Exa. a Ministra Adjunta e dos Assuntos
Parlamentares
Palácio de S. Bento
1249-068 LISBOA

SUA REFERÊNCIA
N.º 1569
ENT. 3206

SUA COMUNICAÇÃO DE
25.11.2022

NOSSA REFERÊNCIA
OF. N.º 7570/2022
ENT. 11846/2022
PROC.º 696/2022

DATA
22.12.2022

ASSUNTO: Resposta à Pergunta n.º 902/XV/1.^a, de 25 de novembro de 2022, do Grupo Parlamentar PSD - Partido Social Democrata (Deputados Fernanda Velez, Nuno Carvalho, Fernando Negrão, Paula Cardoso, Andreia Neto, Mónica Quintela, Ofélia Ramos, Sara Madruga da Costa, Joaquim Pinto Moreira, Catarina Rocha Ferreira, Márcia Passos, Cristiana Ferreira e Lina Lopes) - Encerramento gradual do Estabelecimento Prisional de Lisboa e construção do novo Estabelecimento Prisional no Montijo.

Em referência ao ofício acima indicado, junto tenho a honra de remeter a V. Ex.^a a resposta à pergunta melhor identificada em epígrafe.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

Filipe Ferraz



NOTA

Assunto: Resposta à Pergunta n.º 902/XV/1.ª, de 25.11.2022 do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata (PSD) - Encerramento Gradual do Estabelecimento Prisional de Lisboa e construção do novo Estabelecimento Prisional do Montijo.

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, ao abrigo do disposto na alínea d) do artigo 156º da Constituição da República Portuguesa e da alínea e) do n.º 1 do artigo 4º do Regimento da Assembleia da República, questiona o Governo, através da Senhora Ministra da Justiça, nos seguintes termos:

- 1. O encerramento gradual do Estabelecimento Prisional de Lisboa, aprovado em Conselho de Ministros no passado dia 17/11/2022, é uma medida que está associada à construção de um novo Estabelecimento Prisional na Margem Sul do Tejo?*
- 2. O Governo mantém ou, pelo contrário, abandonou a intenção de construir um novo Estabelecimento Prisional no Montijo?*
- 3. Caso o Governo mantenha a intenção de construção de um novo Estabelecimento Prisional no Montijo, qual a calendarização prevista para esta obra?*
- 4. Qual o posicionamento da Senhora Ministra da Justiça relativamente ao Plano Plurianual de Requalificação e Modernização do Sistema Prisional, apresentado pelo Governo em setembro de 2017? Vai cumpri-lo? Ou vai revê-lo?*

*



O Ministério da Justiça encetou, desde o início de funções do XXIII Governo Constitucional, uma estratégia centrada nas efetivas prioridades existentes no âmbito do património imobiliário, não só do sistema prisional, de reinserção social e tutelar educativo, mas de toda a área governativa da Justiça, incluindo, designadamente, os tribunais.

A área governativa da justiça definiu uma Estratégia para a área do edificado, visando a otimização dos recursos disponíveis, assente em 3 Eixos Estratégicos:

1. Definição de prioridades;
2. Recurso a fontes de financiamento complementares; e
3. Racionalização de Infraestruturas.

Na área do sistema prisional e tutelar educativo está em curso a elaboração um instrumento que permita planificar os investimentos para período 2023-2027, com base naquelas que foram as necessidades de investimento mais prementes sinalizadas pela Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, numa lógica de aproveitamento de espaços já existentes, requalificando-os ou ampliando-os, beneficiando das sinergias decorrentes da partilha das infraestruturas comuns de apoio e de suporte.

Nas prioridades identificadas neste exercício não foi sinalizada como premente a construção de um novo Estabelecimento Prisional no Montijo.

O encerramento gradual do Estabelecimento Prisional de Lisboa é uma medida e um objetivo há muito sinalizado por instâncias nacionais e internacionais a que o Governo está determinado a dar cumprimento. Tendo em vista alcançar esse desiderato, o Governo procurou as soluções que melhor servem o funcionamento do sistema prisional, ponderando não só as regras do tratamento penitenciário individualizado e as soluções diferenciadas para



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO
ADJUNTO E DA JUSTIÇA

presos preventivos e condenados, como também princípios de racionalização das infraestruturas existentes e dos recursos financeiros disponíveis.

Lisboa, 22 de dezembro de 2022

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça